



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**ATA DA 212ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

LOCAL: Associação dos Municípios da Grande Florianópolis. Rua Cândido Ramos, 250, Capoeiras, Florianópolis.

DATA: 27 de julho de 2017

HORÁRIO: 13h

Presentes à Reunião

Secretaria de Estado da Saúde:

Murillo Ronald Capella, Clécio Antonio Espezim, Karin Geller, Paulo Orsini, Grace Ella Berenhauser, Fábio de Souza, Lisete Contin, Raquel Bittencourt, Guilherme Parisi.

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde:

Sidnei Bellé (Caibi); Celso Luiz Dellagiustina (Itajaí); Nédio Luiz Conci (Chapecó); Kamille Sartori Beal (Capinzal); Ivone Usula da Luz (Guaramirim), Odila Valdrick (Lages).

APROVAÇÃO DA ATA

A Ata da CIB 211ª de 22 de junho de 2017.

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A 212ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 13h, com a presença dos Membros acima descritos, sob a coordenação do Coordenador da CIB/COSEMS Sidnei Bellé. Coordenou a reunião pela SES, o Secretário Adjunto de Saúde, Murillo Ronald Capella.

1 DELIBERAÇÕES

2 a) PPI: ALTERAÇÕES DE FLUXOS, REMANEJAMENTOS E AJUSTES

3 A CIB APROVOU a revisão das transferências de gestão de gestão,
4 remanejamentos, ajustes e alterações de fluxos de referências.

5

6 b) PLANOS DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA 2017-2019.

7 O Coordenador da CIB/Cosems, Sidnei Bellé, informa que esse tema foi
8 apresentado na reunião prévia ocorrida no período da manhã e que surgiram
9 algumas questões como a falta de municípios na relação. Raquel Bittencourt,
10 diretora da Vigilância Sanitária da SES, esclarece que alguns municípios não
11 encaminharam o Plano à SES e alguns municípios estavam com a
12 documentação incompleta.

13

14 c) PLANO ESTADUAL DE VIGIDESASTRES: ÁREA DA SAÚDE.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

15 O Coordenador da CIB/Cosems, Sidnei Bellé, cita o Plano Estadual de
16 Vigidesastres e informa que o tema foi bem explicado na reunião prévia, por
17 Anselmo Granzotto, técnico da Vigilância Sanitária da SES e que o mesmo foi
18 bem aceito pelos Membros da CIB, representantes dos municípios.

19

20 **d) DISTRIBUIÇÃO DE REPELENTES PARA COMBATE AO AEADES EGYPTY.**

21 Considerando a Lei Nº 13.130 de 07 de julho de 2016 que institui a distribuição
22 de frascos de repelentes para gestantes beneficiárias do Programa Bolsa
23 Família, com o objetivo de reduzir os índices de doenças relacionadas ao
24 mosquito *aedes aegypty*, tais como dengue, *chikungunya* e *zika*, este último
25 relacionado com os casos de microcefalia, a CIB **APROVOU** a redistribuição de
26 frascos de repelentes para gestantes que não fazem parte do Programa Bolsa
27 Família e que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Cada Gestor
28 Municipal de Saúde deverá definir critérios de acordo com a realidade local,
29 contando com aprovação no Conselho Municipal de Saúde, seguindo orientações
30 do projeto distribuído aos Membros da CIB e que constará como anexo desta
31 Deliberação.

32

33 **e) INSTITUIÇÃO DE CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE MENTAL.**

34 A CIB **APROVOU** a criação da Câmara Técnica de Saúde Mental, no âmbito da
35 CIB/SC. A Câmara Técnica de Saúde Mental seguirá as normas do art. 9º do
36 Regimento Interno da CIB/SC. A Câmara Técnica será composta por 8 membros
37 titulares e 8 suplentes, sendo 4 representantes da Secretaria de Estado da
38 Saúde e 4 representantes das Secretarias Municipais de Saúde. A representação
39 estadual incluirá o nível central e o nível regional. A representação municipal
40 incluirá a participação de gestores e técnicos da área de
41 Saúde Mental indicados pelo COSEMS/SC. O cronograma de reuniões será
42 estabelecido pela Câmara Técnica e encaminhado à Secretaria da CIB. Maria
43 Cecília Heckrath (Geabs) apresentou o tema e as justificativas da criação dessa
44 Câmara Técnica no período da manhã.

45

46 **f) FLUXO DE PAGAMENTO ADMINISTRATIVO: DEMANDAS JUDICIAIS E EXTRATETO.**

47 Considerando o crescente volume de solicitações junto à Secretaria de Estado da
48 Saúde de Santa Catarina (SES-SC) e o aumento das demandas judiciais de
49 pagamentos administrativos e órteses, próteses e materiais (OPMs) não
50 constantes na Tabela do SUS ou procedimentos contemplados na tabela
51 SIGTAP, porém sem prestador na Secretaria Estadual de Saúde; Considerando o
52 Decreto 7.508/2011, cujo Art. 24º define que “Os Estados, o Distrito Federal e os
53 Municípios poderão adotar relações específicas e complementares de ações e
54 serviços de saúde, em consonância com a Relação Nacional de Ações e
55 Serviços de Saúde RENASES, respeitada as responsabilidades dos entes pelo
56 seu financiamento, de acordo com o pactuado nas Comissões Intergestores”;
57 Considerando o Ofício Circular 001/2015 da Superintendência de Serviços
58 Especializados e Regulação que dispõe sobre a suspensão de tramitação de



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

59 processos para concessão de procedimentos e OPMs especiais até que fosse
60 concluída a Política Estadual de Acesso a serviços/procedimentos/OPM não
61 contemplados na Tabela SUS; Considerando a necessidade de regulamentar o
62 fluxo para pagamentos administrativos, a CIB **APROVOU** o fluxo para
63 pagamentos administrativos, a serem adotados no âmbito do Estado da Saúde
64 de Santa Catarina. Guilherme Parisi, Gerente de Auditoria da SES, esclarece a
65 necessidade do estabelecimento desse fluxo para a abertura de processo
66 administrativo, a importância do encaminhamento do ofício ser individualizado
67 por paciente e não em conjunto com vários pacientes. Informa que o pagamento
68 também será individualizado. O detalhamento do fluxo consta desta Deliberação.

69

70 **g) ENCONTRO DE CONTAS DA ONCOLOGIA: PRODUÇÃO EXCEDENTE**

71 Fábio de Souza, Gerente de Controle e Avaliação da SES, apresenta a produção
72 excedente da oncologia dos meses de janeiro a março de 2017, para pagamento.
73 Karin Geller, Superintendente de Regulação da SES, esclarece que esse
74 pagamento está institucionalizado na SES, de três em três meses, assim como a
75 TRS. Karin Geller refere que não existem justificativas por parte de prestadores
76 de serviços em negarem atendimentos para essas especialidades, considerando
77 o pagamento sistemático da produção excedente por parte do Estado. O
78 Coordenador da CIB/Cosems, Sidnei Bellé, cita a importância desses
79 esclarecimentos por parte da SES, para que os gestores municipais possam
80 cobrar os compromissos dos prestadores de serviços. Celso Dellagiustina,
81 Secretário Municipal de Saúde de Itajaí, questiona a prioridade concedida à
82 oncologia e a TRS.

83

84 **h) HABILITAÇÃO EM TRAUMATO ORTOPEDIA DE VIDEIRA (HOSPITAL DIVINO SALVADOR)**

85 Esta habilitação não foi aprovada, em função das alegações por parte de
86 representantes do Cosems (Kamille Sartori do Município de Capinzal e
87 assessores do Cosems), de que o Município de Caçador já está habilitado em
88 Traumato-Ortopedia. Celso Dellagiustina, Secretário Municipal de Saúde de
89 Itajaí, questiona se o Plano Estadual de Traumato-Ortopedia foi atualizado. Karin
90 Geller, Superintendente de Regulação da SES, refere que o Ministério da Saúde
91 excluiu o limite populacional para o credenciamento de serviço. Informa também
92 que estão sendo revistos os Termos de Compromissos dentro da região e que
93 não é mais obrigatório a elaboração de Plano Estadual pelo Ministério da Saúde,
94 e sim, a atualização dos Termos de Compromissos. Ficou acordado o
95 encaminhamento do pleito à Câmara Técnica de Gestão.

96

97 **i) RATIFICAÇÕES DE ORDENS DE SERVIÇO E CONCLUSÃO DE OBRA.**

98 A CIB **RATIFICOU** o certificado de conclusão de obra dos Municípios de Rio dos
99 Cedros, Caxambu do Sul, Angelina, Ibirama, Itapema, Rio do Oeste, Passo de
100 Torres, Araquari.

101

102 **DISCUSSÃO E ENCAMINHAMENTOS**



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

103 – **CAMPANHA DE CIRURGIAS ELETIVAS 2017: RECURSO DISPONÍVEL**

104 Murillo Ronald Capella, Coordenador da CIB/SES, cita que o Secretário de
105 Estado da Saúde, Vicente Caropreso, lhe passou que a SES conseguiu R\$ 10
106 milhões para as cirurgias eletivas; recurso para os hospitais filantrópicos,
107 incentivos para os hospitais e renovação da frota de ambulâncias. Murillo Ronald
108 Capella informa também que o Secretário de Estado da Saúde conseguiu um
109 incremento de 40% na tabela de cirurgia cardíaca infantil. Por fim, Karine
110 Alessandra Dutra da Gerência Financeira da SES, informou que as cirurgias
111 eletivas referentes ao ano de 2016, foram pagas neste mês de julho, bem como
112 as cirurgias eletivas realizadas no período de janeiro a maio de 2017.

113

114 **HOMOLOGAÇÕES**

115 A CIB Homologou as Deliberações de números CIB/152/2017 e CIB/153/2017:
116 recurso de custeio das UPAs de Palhoça e Mafra e 154/2017: repasse de recurso
117 federal para SC.

118

119 **DOCUMENTOS RECEBIDOS**

120 – Solicitação de ratificações de ordem de serviço e certificado de conclusão de
121 obra dos Municípios de Rio dos Cedros, Caxambu do Sul, Angelina, Ibirama,
122 Itapema, Rio do Oeste, Passo de Torres, Araquari.

123

124 **INFORMES**

125 **a) RELATÓRIO DE AUDITORIA**

126 A Gerência de Auditoria encaminhou o relatório de auditoria, referente ao mês de
127 junho de 2017, em andamento ou concluídas em seus municípios.

128

129 **b) RELATÓRIO DE ATENÇÃO BÁSICA**

130 A Gerência da Atenção Básica encaminhou as planilhas com os processos em
131 andamento na Gerência de Atenção Básica, para que os gestores conheçam os
132 processos de seus municípios.

133

134 Nada mais havendo a tratar, eu, Lourdes de Costa Remor, lavrei a presente Ata,
135 assinada por mim e pelos Coordenadores.

136

137

Florianópolis, 27 de julho de 2017.